



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0024.11.347965-3/001 Numeração 3479653-
Relator: Des.(a) Flávio Leite
Relator do Acórdão: Des.(a) Flávio Leite
Data do Julgamento: 18/02/2014
Data da Publicação: 28/02/2014

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - LEI 11.340/06 - CONHECIMENTO DO APELO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DAS MEDIDAS DE URGÊNCIA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO PRIMEVA - RECURSO NÃO PROVIDO - HONORÁRIOS DO DEFENSOR DATIVO - FIXAÇÃO DE OFÍCIO - ATUAÇÃO NA SEGUNDA INSTÂNCIA - NECESSIDADE.

- O deferimento de medidas protetivas de urgência não está condicionado a um processo principal, uma vez que elas podem ser pedidas pela ofendida, aplicadas isolada ou cumulativamente, substituídas, revogadas e revistas a qualquer tempo, sempre que os direitos reconhecidos na Lei 11.340/2006 forem ameaçados ou violados (art. 19, § 2º, da mesma Lei).

- Encontrando-se o feito em fase inicial e não havendo maior comprovação da violência noticiada, temerária é a adoção das medidas de proteção requeridas.

- Os honorários do dativo referentes à interposição da apelação em favor do acusado devem ser fixados, ainda que não requeridos expressamente.

V.V.

APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - AMEAÇA - MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS - MANIFESTO INTERESSE EM REPRESENTAR CONTRA O AGRESSOR - INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO A QUO -



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

NATUREZA JURÍDICA DE TUTELA INIBITÓRIA - AUTONOMIA E SATISFATIVIDADE - RECURSO DEFENSIVO PROVIDO.

- As alegações da vítima são suficientes para balizar o fumus boni iuris e o periculum in mora, razão pela qual não há como cancelar a ingerência estatal na esfera volitiva privada e, conseqüentemente, negar à vítima a proteção almejada.

- Em virtude do caráter protetivo da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), há que se conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como protrair indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

- A despeito de se imaginar que o decurso do tempo conduz à inferência de que as agressões, em tese, tenham cessado, não cabe a esta instância recursal decidir contrariamente à pretensão da mulher com respaldo apenas no lapso temporal transcorrido.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0024.11.347965-3/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): CHRISTIANE PATRICIA FERREIRA DA CRUZ REZENDE - APELADO(A)(S): JAIRO PEREIRA REZENDE JUNIOR - INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda a 1ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos em CONHECER DO APELO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, VENCIDO O VOGAL, ALÉM DE FIXAR, DE OFÍCIO, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO DEFENSOR DATIVO.

DES. FLÁVIO BATISTA LEITE

RELATOR.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DES. FLÁVIO BATISTA LEITE (RELATOR)

V O T O

Trata-se de apelação interposta por CHRISTIANE PATRÍCIA FERREIRA DA CRUZ REZENDE contra a decisão de fl. 15 que indeferiu a medida protetiva por ela requerida, ao argumento de que, para a concessão da providência, faz-se necessário um mínimo de suporte probatório, pois não são suficientes as simples declarações da ofendida.

Ressalta a apelante que o deferimento de medidas protetivas de urgência elencadas na Lei Maria da Penha não está condicionado a um processo principal, de natureza cível ou criminal, mas tão somente à existência de violência doméstica ou familiar contra a mulher, nos termos do art. 10 da Lei 11.340/06 (fls. 20/22).

O Ministério Público se manifestou à fl. 33.

Contrarrazões às fls. 49/51, em que a defesa pugna pelo improvimento do apelo.

A d. Procuradoria-Geral de Justiça opinou pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu provimento (fls. 61/64).

É o relatório.

Passo ao voto.

Primeiramente, ressalto que não há, na Lei Maria da Penha, nenhuma regra específica acerca do recurso cabível contra as decisões que deferem ou indeferem as medidas protetivas. Entendo que tais decisões não são definitivas ou com força de definitivas, mas interlocutórias, e, por esse motivo, são atacáveis por agravo de instrumento, conforme prevêm o art. 13 da Lei 11.340/06 c/c o art. 162, § 2º, e 522 e seguintes do Código de Processo Civil.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Esse também é o entendimento deste Tribunal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEI MARIA DA PENHA - MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - AMEAÇA CONFIGURADA - CONCESSÃO - RECURSO PROVIDO. - As decisões que indeferem as medidas protetivas de urgência da LEI MARIA da PENHA, não podem ser tidas como definitivas ou com força de definitivas, mas sim como interlocutórias, atacáveis por agravo de instrumento, a teor do disposto no art. 13 da LEI 11.340/06 c/c os arts. 162, § 2º e 522 e ss. do Código de Processo Civil" (Processo 1.0105.09.310502-8/001, Relator Adilson Lamounier, publicação 10/02/2010).

"Medidas Cautelares Protetivas. Lei Maria da Penha. Matéria de Natureza Civil. Recurso Cabível. Agravo de Instrumento. Tratando de matéria de natureza civil, o recurso cabível é o de agravo de instrumento cujo prazo de interposição é de 10 (dez) dias, contudo, por ser interposto pelo Ministério Público, conta-se em dobro, razão pela qual julgo tempestivo o recurso" (TJMG - Agravo Instrumento 1.0701.08.222375-4/001 - Desª. Maria Elza - pub. 10.02.2009 - decisão parcialmente transcrita).

A despeito de o recurso interposto ter sido o de apelação, dele conheço como agravo de instrumento em face dos princípios da fungibilidade, economia processual e celeridade, vez que estão presentes os requisitos necessários para tanto, aliado ao fato de a apelante não ter laborado com má-fé e ter recorrido tempestivamente.

Ressalto que o juiz já se manifestou no juízo de retratação (fl. 52-v).

O deferimento de medidas protetivas de urgência não está condicionado a um processo principal, uma vez que elas podem ser pedidas pela ofendida, aplicadas isolada ou cumulativamente, substituídas, revogadas e revistas a qualquer tempo, sempre que os direitos reconhecidos na Lei 11.340/2006 forem ameaçados ou violados (art. 19, § 2º, da mesma Lei).



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

No entanto, analisando os autos, vejo que não assiste razão à recorrente, que pretende a aplicação das medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei 11.340/06 contra seu ex-marido.

Realmente, a Lei Maria da Penha autoriza a concessão, inaudita altera parte, das medidas protetivas de urgência descritas em seu artigo 19. Contudo, no presente feito, não vejo a ocorrência de urgência, já que os fatos aconteceram em 24/12/11, conforme relatos do boletim de ocorrência (fls. 10/11 verso), sem que a vítima se manifestasse novamente, o que leva a crer que este caso não requer providência imediata.

Ora, não basta, para a decretação de medidas protetivas, a simples alegação da suposta violência.

Nesse sentido:

"LEI MARIA DA PENHA - LEI N. 11.340 DE 2006 - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - DECISÃO FUNDAMENTADA - FALTA DE PROVAS SUFICIENTES PARA IMPOSIÇÃO - RECURSO MINISTERIAL - MANUTENÇÃO DA DECISÃO - RECURSO DESPROVIDO. - A simples representação da vítima, do Ministério Público ou policial basta à imposição das medidas protetivas pelo juiz, conforme dispõe o art. 19 da Lei 11.340/06. - Estando o feito principal em sua fase inicial, não havendo maior comprovação da violência noticiada, temerária a adoção das medidas de proteção requeridas, exigindo-se maior instrução a este respeito, não se atestando de antemão a segurança necessária para a concessão das constringências buscadas, quanto mais se requeridas tardiamente.- Não há prova de que o recorrido tenha praticado qualquer violência física, moral e psicológica contra a interessada. Contudo, por se tratar de alegação séria que envolve suposta agressão física e moral, é prudente a realização de justificação para se verificar a verossimilhança das alegações" (Apelação Criminal 1.0313.09.291041-0/001, Relator José Antonino Baía Borges, publicação 26/02/2010).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - LEI 11.340/06 - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL - INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA - DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. A simples representação da vítima e o requerimento de aplicação de medidas protetivas de urgência podem ser suficientes para a imposição das referidas medidas. Contudo, o feito encontra-se na fase inicial, não havendo maior comprovação da violência noticiada, temerária a adoção das medidas de proteção requeridas, exigindo-se maior instrução a este respeito, não se atestando de antemão a segurança necessária para a concessão das constrições buscadas" (Agravado de Instrumento Criminal 1.0105.10.005068-8/001, Relator Rubens Gabriel Soares, publicação 30/06/2011).

Ressalte-se que este é o primeiro feito em desfavor de Jairo Pereira Rezende Júnior e que a suposta ameaça que proferiu contra a recorrente - "Você vai ver o que eu vou fazer com você" - é abstrata, não revela a intenção de dano concreto, principalmente porque, além de ter sido proferida por telefone, não se tem notícia de que foi precedida de discussão com a suposta vítima.

No depoimento que prestou na Delegacia de Polícia, a vítima disse que não se opõe à visita do filho ao pai, que reside em Governador Valadares, e que naquele dia não permitiu a visita porque, embora o filho viajasse àquela cidade na companhia da madrinha, ela não conhecia "as demais pessoas que estavam no carro". A vítima afirmou também que somente permitiria a viagem se o pai viesse a Belo Horizonte buscar o filho (f. 08). Daí se infere que não há ameaça séria a justificar a providência.

Diante desse cenário, não resta evidenciada a violência que proclama a concessão das medidas de urgência.

Assim, não sendo compatível com o ordenamento jurídico pátrio a manutenção de um procedimento cautelar por tempo indeterminado e sem qualquer esboço fático concreto, entendo que a decisão do juiz deve prevalecer, pois tudo leva a crer que o presente caso não requer providência imediata, e a urgência é imprescindível para o



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

deferimento das medidas protetivas.

Saliente-se que, havendo nova agressão, física ou moral, por parte do agravado, a vítima pode pleitear a aplicação de medidas protetivas, pois, nos termos do § 2º do art. 19 da Lei 11.343/06, as medidas de urgência serão aplicadas a qualquer tempo, sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados.

Honorários advocatícios:

Embora não requeridos expressamente, entendo que os honorários advocatícios devem ser fixados de ofício, como forma de valorizar a advocacia e os profissionais que atuam dando vigência ao comando constitucional de facilitação de acesso à justiça.

A nomeação do causídico restou comprovada (fl. 47), e, pela efetiva prestação de serviço pelo profissional, faz o advogado jus à remuneração pela sua atuação nesta instância.

Sobre o quantum a ser arbitrado, contudo, impõe ressaltar que, conquanto se tenha notícia de recente crise instaurada entre a Seccional Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no tocante à forma de pagamento dos defensores dativos, hei por bem, adotar como parâmetro o valor existente no Termo de Cooperação Mútua celebrado entre órgãos estatais, de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

A par da animosidade instaurada entre os órgãos estatais, verifico que a nomeação da profissional remonta a 23.05.2013, razão pela qual mantenho o valor aludido no referido instrumento, porquanto vigente à época.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo e, de ofício, fixo em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) os honorários advocatícios do defensor dativo, Dr. Augusto Cardoso de Oliveira Júnior - OAB/MG 134.431 referentes aos serviços prestados nesta Instância recursal.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Sem custas.

DES. WALTER LUIZ DE MELO - De acordo com o(a) Relator(a).

DESA. KÁRIN EMMERICH

Com respeitosas vênias ao posicionamento esposado pelo Eminente Relator, Desembargador Flávio Batista Leite, entendo que o recurso interposto por CHRISTIANE PATRÍCIA FERREIRA DA CRUZ REZENDE, merece provimento.

Isso porque, consoante se depreende nos autos, a vítima, após ter sofrido ameaça do ex-marido com quem conviveu por 11 anos (f.7-8), compareceu à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher relatando os fatos, lavrando, para tanto, Boletim de Ocorrência com requerimento de fixação de medidas protetivas (f.05/10-13), manifestando-se ainda o desejo de representar contra o agressor (f.08).

Em ato contínuo, o magistrado indeferiu as medidas ao fundamento de que "o registro de ocorrência e as declarações da vítima, por si só, não bastam para embasar o juízo de convencimento em sede de cognição sumária" (f.15).

Depreende-se dos autos - ainda que em juízo de cognição sumária - a existência de situação de malquerença entre a vítima e o seu ex-companheiro, inexistindo elementos que permitam aferir se as agressões verbais outrora perpetradas contra a vítima tenham cessado.

Isso porque os fatos ocorreram em 26.12.2011, a decisão de indeferimento das medidas foi proferida em 26.01.2012 e a vítima, embora não tenha sido intimada antes da decisão aludida, ao comparecer ao balcão da Secretaria da 14ª Vara Criminal (f.17), manifestou interesse em obter o amparo das medidas protetivas. Tanto é assim que, em 25.04.2012 (f.19), após a nomeação de defensor dativo (f.18), interpôs o recurso de apelação que ora se julga,

com o objetivo de recorrer da decisão que indeferiu as medidas pleiteadas anteriormente.

Ora, a despeito de se imaginar que o decurso do tempo - quase dois anos, desde a interposição do recurso ora em análise - conduza à inferência de que as agressões, em tese, tenham cessado, não cabe a esta instância recursal decidir contrariamente à pretensão da vítima com respaldo apenas no lapso temporal transcorrido.

Importa ressaltar ainda que, apesar de os fatos relatados pela vítima não causarem qualquer espécie de surpresa, vez que, conflitos emergidos de relações afetivas têm sido a principal causa da violência doméstica praticada no âmbito familiar, o Poder Judiciário, juntamente com outros órgãos, vem se empenhando em dar efetividade às garantias insertas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) com o intuito de minorar a situação de fragilidade da mulher¹.

Nesse diapasão, releva salientar que referida lei foi promulgada com intuito de tornar mais rigorosa a punição dos casos de violência doméstica e familiar com vistas a proteger, não só a incolumidade física e emocional da mulher, como também garantir a tranquilidade e a harmonia no seio familiar.

Em razão do seu caráter protetivo, portanto, em determinados casos, devem ser decretadas medidas em favor da mulher para assegurar sua integridade e, por conseguinte, evitar maiores danos à vítima, à família ou até mesmo comprometer a regularidade de eventual investigação em curso.

Não é à toa que a inserção das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha tem sido apontada como um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no País.

No que concerne à natureza jurídica dessas medidas, muito se discute e, por ora, ainda inexiste consenso quanto a isso. O tema é assaz controverso e, por óbvio, divide doutrina e jurisprudência: parcela minoritária defende a natureza inibitória e o caráter autônomo

e satisfativo das medidas, ao passo que outra parcela, a majoritária, defende a natureza cautelar e o cunho instrumental e acessório dessas medidas.

Consoante é cediço, a tutela inibitória, que, em nosso ordenamento positivo ostenta status constitucional (art. 5º, XXXV, CR/88), representa importante mecanismo contra lesão ou ameaça de violação a direito.

Luiz Guilherme Marinoni ressalta a importância da tutela inibitória e a distingue das cautelares, com os seguintes argumentos:

"A sua importância deriva do fato de que constitui ação de conhecimento que efetivamente pode inibir o ilícito. Dessa forma, distancia-se, em primeiro lugar, da ação cautelar, a qual é caracterizada por sua ligação com uma ação principal, e, depois, da ação declaratória, a qual já foi pensada como "preventiva", ainda que destituída de mecanismos de execução realmente capazes de impedir o ilícito. (...)

A ação inibitória é consequência necessária do novo perfil do Estado e das novas situações de direito substancial. Ou seja, a sua estruturação, ainda que dependente de teorização adequada, tem relação com as novas regras jurídicas, de conteúdo preventivo, bem como com a necessidade de se conferir verdadeira tutela preventiva aos direitos, especialmente aos de conteúdo não-patrimonial". (MARINONI, Luiz Guilherme. "Inibitória e tutela de remoção do ilícito". Fonte: www.abdpc.org.br).

Vê-se, assim, que a tutela inibitória é cabível quando a pretensão almejada for a conservação da integridade do direito com vistas a prevenir ou impedir a prática ou a continuidade de um ilícito, garantindo-se, ao final, o próprio direito.

É importante que se faça a distinção entre as medidas protetivas e

as medidas cautelares, tendo em vista que, a classificação equivocada das medidas protetivas - as que nos interessa no momento - pode colocar em xeque a própria efetividade do instituto ora em discussão e, ao revés, deixar a vítima em desamparo.

Teleologicamente, a Lei Maria da Penha foi criada com a finalidade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, conforme já afirmado. Tanto é assim que, com o objetivo de garantir a integridade física ou psíquica da vítima em situações de violência, estabelece providências judiciais, entre as quais se inserem as chamadas medidas protetivas de urgência.

É o que se lê, de imediato, em seu art. no art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar".

Em consonância com tal artigo, a proteção da integridade física e psíquica da mulher nada mais é do que o próprio direito, cuja satisfação só pode ser obtida por meio da tutela inibitória.

O caráter satisfativo das medidas protetivas é defendido por Maria Berenice Dias:

"As medidas deferidas, em sede de cognição sumária, não dispõem de caráter temporário, ou seja, não é imposto à vítima o dever de ingressar com ação principal no prazo de 30 dias. Todas têm caráter satisfativo, não se aplicando a limitação temporal prevista na lei civil. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, conforme é sustentado em sede doutrinária, pode gerar situações para lá de perigosas. Basta supor a hipótese de ter sido afastado o ofensor do lar em face das severas agressões perpetradas contra a mulher, tendo ela ficado no domicílio comum junto com a prole. Decorridos 30 dias da efetivação da medida, de todo descabido que, pelo fim da eficácia da decisão, tenha o agressor o direito de retornar ao lar." (DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. Conteúdo Jurídico, Brasília - DF: 15 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?content=2.22439>>. Acesso em: 29 de abril de 2013).

Na mesma linha de raciocínio, a Defensora Pública Julia Maria Seixas Bechara, também sustenta a tese de que as medidas protetivas de urgência ostentam natureza jurídica de tutela inibitória cível. Em seu artigo "Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência" enfrenta a questão da natureza jurídica das protetivas e faz críticas à cautelaridade. Para ela as características da tutela cautelar (instrumentalidade, temporariedade e não-satisfatividade) são incompatíveis com a finalidade das medidas protetivas, ressaltando que:

"(...) a exigência de futura propositura de ação significaria nova desproteção à vítima, em atendimento a formalismo incompatível com o mecanismo de solicitação da ordem. Isso posto, conclui-se que a medida protetiva, porque autônoma e satisfativa, não é tutela de natureza cautelar, mas sim tutela inibitória. Com efeito, ao entregar à vítima o direito material invocado - consistente em sua proteção perante o suposto agressor - dispensa a

medida protetiva qualquer outro procedimento, produzindo efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem (*rebus sic stantibus*). A circunstância de a demanda ser fundada em perigo e baseada em cognição sumária - na fase de antecipação de tutela da protetiva - não implica, necessariamente, a caracterização da medida como cautelar". (BECHARA, Julia Maria Seixas. Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2661, 14 out. 2010 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17614>>). Grifos.

Dessa forma, o mais razoável - exatamente em virtude do caráter protetivo da referida Lei - é conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como protrair indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

Saliente-se, portanto, que, diferentemente da cautelar, a tutela inibitória é cabível quando se pretende conservar a integridade do direito e, por conseguinte, evitar que haja sua degradação. Em razão do caráter preventivo, as medidas inibitórias são autônomas e, diferentemente das medidas cautelares, não servem de instrumento para embasar a propositura da ação principal.

Com esteio nesse raciocínio, é possível concluir que o deferimento de tais medidas independe do interesse da vítima na persecução penal, vez que, conquanto deferidas, a manutenção dessas (das medidas), ainda que transitoriamente, independe de eventual propositura de eventual ação penal contra o agressor.

Extraí-se tal conclusão da leitura do art. 22 da Lei nº 11.340/06, o qual, em momento algum, condiciona a concessão das medidas à necessidade de instauração de inquérito policial ou de processo

criminal em curso, fazendo-o tão somente no que concerne à existência de situação de violência no âmbito doméstico e familiar.

Para reforçar o caráter autônomo e satisfativo das medidas protetivas, vale citar que, na redação final da Lei nº 11.340/06, o termo "medidas cautelares" existente no texto original do anteprojeto de Lei nº 4.559/2004 decaiu dando lugar, posteriormente, à expressão "medidas protetivas de urgência".

O reconhecimento da autonomia das medidas protetivas, portanto, é imprescindível para que a mulher não se sinta desamparada em situações em que não for instaurado um processo criminal.

Isso significa dizer que, nos casos em que houver situação de violência no âmbito familiar, e, por sua vez, a mulher clamar pela concessão de tais medidas, essas deverão ser concedidas, vez que objetivam, *prima facie*, a preservação da indenidade física e mental da mulher, bem como, em momento posterior, evita o acionamento da máquina estatal em intervenções mais graves e severas e, conseqüentemente, mais lesivas não só para a família como, por vias oblíquas, para a toda sociedade.

In casu, conforme salientado alhures, as medidas protetivas foram requeridas pela própria vítima, conforme Termo de Requerimento (f.05), e reiteradas em sede de apelação (f.19-22), motivo pelo qual - repito - não cabe a esta instância aferir se o decurso de quase dois anos tem o condão de torná-las desnecessárias.

Diversamente do afirmado pelo magistrado a quo (f.15), as alegações da vítima são suficientes para balizar o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, razão pela qual não há como cancelar a ingerência estatal na esfera volitiva privada e, conseqüentemente, negar à vítima a proteção almejada.

Considerando, portanto, que a natureza jurídica de tutela

inibitória das medidas protetivas as reveste de caráter autônomo e satisfativo, bem como o escopo da lei em questão, aliado às evidências de que o apelado, de fato, ameaçou a vítima (f.07-08) e ainda diante da inexistência de qualquer manifestação da vítima no sentido de dispensar a aplicação das medidas - muito pelo contrário -, a reforma da decisão que as indeferiu é medida que se impõe.

Nesse sentido, vale colacionar a jurisprudência:

"APELAÇÃO CRIMINAL - RECEBIMENTO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO - APLICAÇÃO - FUNGIBILIDADE RECURSAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AMEAÇA E LESÃO CORPORAL - LEI MARIA DA PENHA - EXPEDIENTE APARTADO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PROCEDIMENTO AUTÔNOMO - CARÁTER SATISFATIVO - INDEPENDÊNCIA DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO PRINCIPAL - MÉRITO - CONCESSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS - NECESSIDADE - FUMUS BONI IURIS E PERICUM IN MORA CONFIGURADOS - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS - DEFENSOR DATIVO - POSSIBILIDADE. (...) - As medidas protetivas abarcadas pela Lei Maria da Penha têm natureza autônoma, de caráter satisfativo, devendo por isso, produzir efeitos enquanto perdurar uma situação de perigo que ensejou o requerimento de proteção do Estado e, não apenas enquanto for manejada uma persecução criminal contra o suposto ofensor. (...)". (TJMG-AP Nº 1.0024.09.685258-7/001. Rel. Des. Jaubert Carneiro Jaques. J. 04/12/2012). Grifos.

"(...) As medidas protetivas de urgência devem ter sua eficácia estendida até o momento em que cessar a necessidade de proteção da ofendida, não se vinculando à ação penal". (TJMG-AP 1.0024.10.253533-3/001. Rel. Des. Silas Vieira. DJe 22/06/2012).



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso defensivo para deferir a concessão das medidas protetivas postuladas pela vítima, até o momento em que, porventura, sobrevierem fatos que permitam aferir se houve alteração do quadro de violência doméstica narrada nestes autos, os quais deverão ser avaliados pelo juiz de primeira instância, após a oitiva da vítima, sem prejuízo de que estas medidas sejam revistas, nos termos do art.19, da Lei nº11.340/2006.

É como voto.

SÚMULA: "CONHECERAM DO RECURSO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NO MÉRITO, NEGARAM-LHE PROVIMENTO, VENCIDO O VOGAL, E, DE OFÍCIO, FIXARAM OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO DEFENSOR DATIVO, DR. AUGUSTO CARDOSO DE OLIVEIRA JÚNIOR, OAB/MG 134.431, EM R\$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS), REFERENTES AOS SERVIÇOS PRESTADOS NESTA INSTÂNCIA RECURSAL."

1 A eminente Ministra Eliana Calmon, em palestra proferida, em 26/04/13, no auditório deste Tribunal, no evento que marcou o lançamento da campanha "Compromisso e Atitude - Lei Maria da Penha - A Lei é mais Forte", asseverou que a questão da violência doméstica "passou a ser uma questão de Estado", por se tratar de um problema que atinge todo o mundo, "com destaque para as sociedades menos evoluídas". Destacou, também, a importância do papel do juiz, que, a partir da promulgação da Constituição de 1988, deve atuar como fiscal de políticas públicas. Asseverou que o Poder Judiciário tem a obrigação de se engajar nesse movimento, estando sempre atento às mudanças. (Fonte: Assessoria de Comunicação)



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

I n s t i t u c i o n a l - A s c o m . D i s p o n í v e l
em: <http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/minista-eliana-calmon-profere-palestra-sobre-a-lei-maria-da-penha>.
